

A transição e o colégio eleitoral: o papel da aliança democrática brasileira (1980-1985)

Guilherme Augusto Batista Carvalho¹

RESUMO: O presente artigo tem como intuito elaborar e expor uma pesquisa historiográfica e teórica sobre o período que vai da transição, a partir da eleição indireta que resulta na vitória da Aliança Democrática. Buscaremos destacar o papel da Aliança Democrática brasileira, dando foco nos partidos que a compuseram, nas articulações dos principais fatores da elaboração e articulação da abertura democrática. Expomos os fatores descritos, embasados em fontes primárias documentais e discursivas, além de bibliografias secundárias que versam sobre elementos teóricos. Para tal, levantamos um questionamento que foi respondido durante o desenvolvimento do trabalho: a aliança democrática, como parte do setor político que se ocupou da transição, teve a intenção de realizar uma troca de elites políticas no poder, ou reformar amplamente o sistema, liberalizando o mesmo para que houvesse a existência de mais grupos disputando o comando do país? Concluimos que para longe de objetivos altruístas, a Aliança se preocupou com a obtenção e consolidação do poder, através da desestabilização do regime, por vias institucionais e legais, porém consciente de que a consolidação da democracia era fundamental para atingir seus objetivos.

Palavras-chave: Aliança; Transição; PMDB; Tancredo.

THE TRANSITION AND THE ELECTORAL COLLEGE: THE ROLE OF BRAZILIAN DEMOCRATIC ALLIANCE (1980-1985)

ABSTRACT: This article has the intention to develop and expose a historiographical and theoretical research on the period of transition from the indirect election resulting in the victory of the Democratic Alliance. We seek to highlight the role of the Democratic Alliance Brazilian, giving focus on parties that composed, joint major factor in the development and articulation of the democratic opening. We expose the factors described, based on documentary and discursive primary sources, and secondary bibliographies that deal with theoretical elements. To do this, we raise one question that was answered during the development of the work: democratic alliance, as part of the political sector that has occupied the transition, intended to carry out an exchange of political elites in power, or widely reform the system, liberalizing the same so that there was the existence of more groups vying for the country's command? We conclude that that is to far from altruistic goals, the Alliance was concerned with the acquisition and consolidation of power by destabilizing the regime for institutional and legal manner,, but aware that the consolidation of democracy was fundamental to achieve their goals.

Keywords: Alliance; Transition; PMDB; Tancredo.

Artigo recebido em 29/12/2015 e aceito em 27/02/2016.

**A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)**
GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

Introdução

O processo que durou vinte e um anos, marcando um estado de exceção no Brasil, encontrou em meados dos anos de 1980 a ascensão de forças democráticas, empenhadas na retomada da agenda e ritos desse regime político, que há muito havia se perdido no que tange ao processo de organização e tomada de decisões do Estado. Os procedimentos da transição democrática do Brasil ainda se encontram na “ordem do dia” das agendas de pesquisas acadêmicas, que se deparam a cada dia com formas de atualizar, lançar novos olhares ou simplesmente reforçar o que já foi escrito a partir de novas fundamentações.

Em 1980, a partir de algumas medidas de aberturas democráticas – em especial a lei nº 6767^{II} de 1979, que possibilitou o pluripartidarismo, ainda dentro da ordem imposta pelo governo militar –, ainda que tímidas, possibilitaram o surgimento de novos partidos e o ressurgimento de outros que tiveram sua caminhada interrompida pelo golpe de 1964, quebrando a ordem do bipartidarismo imposto pelo regime vigente. Legalmente, antes de dezembro de 1979, existiam a “*Aliança Nacional Renovadora*” – ARENA^{III} – como partido do governo e o “*Movimento Democrático Brasileiro*” – MDB –, tecnicamente de oposição e que agregava em seu seio as mais diversas correntes ideológicas fora do governo. O MDB, que desde 1966 era a única força de oposição legal ao regime imposto por grupos militares e civis, segundo Ferreira, Batista e Stabile (2008), conseguiu capitanear grande apoio das camadas populares, nas lutas sociais, em especial aquelas que versavam sobre reivindicações de abertura política.

Após a legalização dos partidos, seis deles se registraram e passaram a fazer parte, legalmente, da vida política nacional. Porém três deles já possuíam figuras conhecidas dentro do apoio e da oposição ao regime militar. O antigo MDB realizou sua “refundação” dentro dos parâmetros da lei nº 6767, acrescentando o “P” de Partido, se tornando *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*, com importantes figuras representativas nacionais e que mais tarde se tornariam grandes lideranças do cenário político, como “*Ulysses Guimarães*”. A ARENA se dividiu em dois partidos, de um lado, liderado pelo proeminente Governador de São Paulo, “*Paulo Salim Maluf*”, foi recriado o “*Partido Democrático Social*”^{IV} – PDS –. Também de outro, a aposta civil do regime militar, o “*Partido Progressista*” – PP – que contava com os nomes divergentes de “*Magalhães Pinto*”^V e da já tradicional figura de “*Tancredo Neves*”^{VI}, que apesar de estar em um partido descendente do partido governista, sempre se caracterizou por ser opositor aos governos militares.

Outros setores do MDB não acompanharam o movimento e fizeram seu processo de fundação e refundação partidária. O caso da fundação do “*Partido Democrático Trabalhista*” – PDT –, que tinha como principal liderança o ex-Governador do Rio Grande do Sul, “*Leonel Brizola*”^{VII}, foi bastante controverso, uma vez que o político tentou levar seu grupo para refundar o partido de seu antigo aliado, “*Getúlio Vargas*”, além de seu cunhado deposto, “*João Goulart*”, o “*Partido Trabalhista Brasileiro*”, perdendo a disputa legal no Tribunal Superior Eleitoral para Ivete Vargas, sobrinha do ex-Presidente Getúlio Vargas. Além dos dois partidos mencionados, há a fundação de um novo partido, sob um estatuto que antes da lei de nº 6767 seria totalmente ilegal, devido às suas posições ideológicas, de caráter socialista e vários de suas lideranças políticas, conhecidas pela oposição e luta, até mesmo armada,

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

ao regime militar. Esse partido é o “*Partido dos Trabalhadores*” – PT –, que tinha como principal figura, o sindicalista Luís Inácio da Silva, o “*Lula*”.

Apesar de esses partidos e atores políticos não serem os únicos da caminhada democrática até o Colégio Eleitoral em 1985, ambos foram fundamentais e nos ajudarão a pensar no papel da fragmentação partidária como viabilizadora da democracia no Brasil. Mas antes de trabalharmos o histórico dessa caminhada política, consideramos fundamental pensar teoricamente os fundamentos dessa transição política e seus significados – que apesar de ser uma novidade a partir de 1979, contou com atores já bastante experientes na vida política, mesmo dentro do estado de exceção imposto pelos militares e civis aliados – para a viabilidade do surgimento de novas lideranças e uma perspectiva de ampliação de direitos sociais, civis e políticos.

1.0 A TRANSIÇÃO DE REGIMES POLÍTICOS

A necessária análise de variáveis para a melhor explicitação do objeto de pesquisa, nos mostra Sartori (1970), ocorre a partir da determinação adequada dos conceitos, para então desenvolver categorias, e assim pensar na possibilidade de cunhar nuances. Nesse sentido, para compreendermos o conceito-chave de “*transição de regime político*”, será imprescindível compreendermos como ele ocorre.

Guillermo O’Donnell e Phillippe Schmitter (1988) em sua obra trabalham com as transições democráticas aplicadas a América do Sul, que durante os anos de 1980 é um terreno fértil, do ponto de vista empírico, para tal pesquisa. Os autores contribuem com o estudo analisando como se dão as negociações nas instâncias superiores, até a participação das instituições e sociedade nas transições dos regimes autoritários para democráticos. Segundo os autores (1988), as transições passam pelas seguintes fases: decadência da popularidade do regime vigente, revoltas populares e elaboração de pactos com grupos e instituições que cuidarão da transição e do novo governo.

Para o cientista político norte-americano, Robert Alan Dahl (2001), as transições necessitam de instituições que cuidem das estratégias para consolidar o novo regime. Em nosso caso, os partidos que se fragmentaram dos dois partidos legais dentro do regime, o PMDB, PDS PP, PDT, PTB e PT, foram fundamentais para as articulações político-institucionais no processo de existência e execução da transição política. O ponta-pé inicial, foi as reivindicações dentro do MDB, que levaram à articulações com o ARENA, para que houvesse a existência de uma lei nº 6767. Certos cuidados, porém, foram necessários, a fim de garantir a estabilidade interna, partindo das instituições para a sociedade. Após isso, a aproximação com a sociedade com o fim de informa-la sobre o processo de transição, também é fundamental: “para um país que apenas recentemente iniciou a transição, o conhecimento pode ajudar a nos informar sobre as instituições decisivas que precisam ser reforçadas, aprofundadas e consolidadas” (DAHL, 2001, p.111).

Assim, as transições também têm como objetivo mudanças nas instituições. Segundo Linz e Stepan (1996), as transições que ocorrem em sistemas federais não democráticos tendem a universalizar seus sistemas centralizados e fragmentar competências dando poder às instituições do Estado. Logo, os autores nos mostram que a fragmentação de competências também tem como finalidade, democratizar as decisões tomadas pelas instituições a partir de seus agentes. Dessa forma, ao se fragmentar decisões a partir da liberalização de certos direitos, há a tendência, por parte das novas

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

lideranças, de buscarem estar nas posições estratégicas para realizar as transições dentro das instituições.

Robert Dahl, em sua obra *Poliarquia* (1997, p.36), considera que transições políticas não são inevitáveis e são variáveis condicionadas pela correlação de forças e desenvolvimento econômico das sociedades. Porém, quando o desgaste do sistema anterior está construído, há uma tendência à dispersão das competências dentro do sistema político e uma conseqüente liberalização da participação política por parte de mais atores da sociedade. O autor, porém, acredita que apesar da tendência à liberalização da participação política naquilo que o economista austríaco, Joseph Schumpeter (1964), chama de “*mercado do voto*”, ou a livre competição pelo voto livre – fato que como vamos ver adiante, veio a ocorrer pela primeira vez já em 1982 –, a tendência nos primeiros pleitos à centralização de votos nas antigas lideranças é muito grande. Dessa forma, atores como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Paulo Maluf, persistirão tendo centralidade dentro do processo, que apesar de ter se ampliado, ainda se encontrava centralizado na liderança desses atores tradicionais. “A cultura da política competitiva desenvolvida pela primeira vez entre uma pequena elite e a competição partidária também ocorre, inicialmente, dentro de um restrito grupo” (DAHL, 1997, p.36).

Além da transição para um novo regime de caráter democrático, algumas medidas são necessárias, vindas dos centros decisórios, para haver de fato a existência de democracia. Dahl (1997) estabelece algumas dessas medidas, que vamos expor na figura abaixo:

Figura 1: Requisitos para a existência de uma democracia

**A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)**

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

| Para a oportunidade de: | São necessárias as seguintes garantias institucionais: |
|---|--|
| I. Formular preferências | <ol style="list-style-type: none">1. Liberdade de formar e aderir a organizações2. Liberdade de expressão3. Direito de voto4. Direito de líderes políticos disputarem apoio5. Fontes alternativas de informação |
| II. Exprimir preferências | <ol style="list-style-type: none">1. Liberdade de formar e aderir a organizações2. Liberdade de expressão3. Direito de voto4. Elegibilidade para cargos políticos5. Direito de líderes políticos disputarem apoio6. Fontes alternativas de informação7. Eleições livres e idôneas |
| III. Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo | <ol style="list-style-type: none">1. Liberdade de formar e aderir a organizações2. Liberdade de expressão3. Direito de voto4. Elegibilidade para cargos públicos5. Direito de líderes políticos disputarem apoio5a. Direito de líderes políticos disputarem votos6. Fontes alternativas de informação7. Eleições livres e idôneas8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. |

Fonte: Dahl (1997).

Portanto, o autor considera que, para além de garantir a liberdade pela concorrência dos votos, o sistema democrático necessita de diversas medidas que sejam capazes de ampliar em muito a participação política, que no caso brasileiro há muito se encontrava restrita.

Buscaremos explicitar, na próxima seção desse artigo, as medidas tomadas para além da transição, mas também para a construção de um sistema de caráter amplo, do ponto de vista inclusivo. Pensaremos nas bases lançadas pela aliança democrática, como parte do setor político que se ocupou da transição, buscando compreender se a intenção era apenas a troca de elites no poder, ou reformar amplamente o sistema, liberalizando o mesmo para que houvesse a existência de mais grupos disputando o poder.

2.0 A ATUAÇÃO DOS NOVOS PARTIDOS E AS MEDIDAS DE ABERTURA DEMOCRÁTICA

A transição do regime autoritário de caráter militar-civil trouxe consigo a exigência de certa cautela quanto a retirada de militares dos cargos estratégicos dentro do Governo Federal. Durante a transição, nos primeiros anos de 1980, líderes como Tancredo Neves se encarregaram de negociar com os militares a conformação de um novo governo, mas que mantivesse não só os cargos, mas também algumas prerrogativas que o próprio exército não abria mão. Dessa forma, segundo Rego (1988),

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

a transição foi incompleta, preservando certos “direitos” do exército dentro da vida pública nacional e deixando a cargo de uma pequena elite civil as decisões sobre como seria feita a transição.

Dentre as exigências feitas pelos militares para que houvesse uma possível transição no âmbito nacional, destacamos a “preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; a indústria de armamentos seria igualmente preservada sob a orientação das Forças Armadas; preservação da autonomia das Forças Armadas” (MACIEL, 2004, 318). Assim, arrefecendo os pontos que poderiam servir de embate entre um novo governo civil e os militares, era chegada a hora de coordenar os processos eleitorais locais e Federais, que viriam a ter sua primeira eleição com diversos partidos já em 1982.

Durante a reorganização partidária, os militares começaram a encontrar dificuldades para se representar dentro dos novos partidos, tamanha era a capacidade de articulação crescente do PMDB no Congresso Nacional. Rego (1988) destaca que o PDS, que era composto por grande parte de antigos membros da ARENA, que apesar de terem uma maioria folgada no Senado, passaram a ter certa dificuldade para aprovar matérias de interesse do governo, necessitando buscar coalizões.

Do período entre 1981 e 1982, mostra Rego (1988), o Presidente Figueiredo buscou retardar a abertura para eleições gerais. “o aumento dos representantes políticos de oposição ao governo militar no Congresso, cresceu a chance de conseguirem vetar emendas, projetos encaminhados pelo PDS, isso é uma prova de como a representação combativa da oposição se efetivou no Congresso naquele período” (TOSTES, 2011, p.7). O autor diz que isso levou a um “racha” dentro do PDS, que passou a trabalhar junto ao PMDB em diversas pautas. Essa divisão, que veio aumentando gradualmente, viria mais tarde formar o *Partido da Frente Liberal* – PFL –, ao qual daremos uma atenção especial mais a frente. Tal cisão dentro do PDS contribuiu ainda mais no retardo da abertura, o que caracterizou ao início da derrocada do projeto de eleições livres para a Presidência da República, devido ao temor grupos dentro do exército em relação a uma possível retaliação após realizarem a abertura.

“Em 1982, pela primeira vez em dezessete anos, tiveram lugar as eleições para os governos estaduais, para o Congresso Federal, para um terço do Senado, para os Legislativos estaduais, além das Prefeituras e Câmaras de Vereadores da maioria dos municípios” (KECK, p. 44, 2010). Dentre os Governadores eleitos em 15 de novembro de 1982, treze eram do PDS – SE, SC, RO, RS, RN, PI, PE, PB, MT, MA, CE, BA e AL –, nove do PMDB – AC, AM, ES, GO, MS, MG, PA, PR e SP – e um do PDT – RJ. Para a Câmara Federal, segundo o IBGE (2008), o PDS conseguiu 235 cadeiras ou 49,06%, o PMDB elegeu 200 deputados ou 41,75%, o PDT conseguiu eleger 23 deputados perfazendo 4,80%, o PTB conseguiu 13 cadeiras correspondendo a 2,72%, o PT, 8 cadeiras ou 1,67%, totalizando 479 cadeiras na Câmara Federal. Dentre os Deputados Estaduais^{VIII} eleitos, os números não foram muito diferentes. O PDS conseguiu eleger 476 Deputados Estaduais, ou 50,27%, o PMDB elegeu 404 ou 42,66%, o PDT conseguiu 36 Deputados ou 3,80%, o PTB obteve a eleição de 18 Deputados Estaduais ou 1,90% e o PT elegeu 13 representantes estaduais um total de 1,37%, perfazendo um total de 947 Deputados Estaduais em todo Brasil.

As eleições de 1982, para além de um importante passo, a contra-gosto de diversos setores militares, para a abertura democrática, evidenciaram um cenário ainda polarizado pelo bipartidarismo. A pouca expressão mostrada por PDT, PT e PTB evidenciou a centralização das discussões entre PDS e PMDB. Porém, o crescimento do

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

PMDB em termos reais, tanto nos estados como na Câmara e no Senado, demonstram as dificuldades para que o governo, embora ainda parcialmente ditatorial, de fato, paute seus interesses.

Creemos que a abertura concedida em 1979 pela lei nº 6767, para além de beneficiar os partidos que estavam surgindo, possibilitou o crescimento em termos reais do PMDB, talvez por uma percepção de que a abertura para mais partidos dava condições para que mais quadros que antes temiam participar da vida política nacional, se compatibilizassem e ousassem adentrar nas fileiras do PMDB, “engrossando” os quadros em diversas partes do país. Para atenuar o crescimento do PMDB, cabe destacar que Tancredo Neves, fundador do PP, em 14 de fevereiro de 1982, realiza a unificação de seu partido ao PMDB, se tornando vice-Presidente do mesmo na chapa de Ulysses Guimarães.

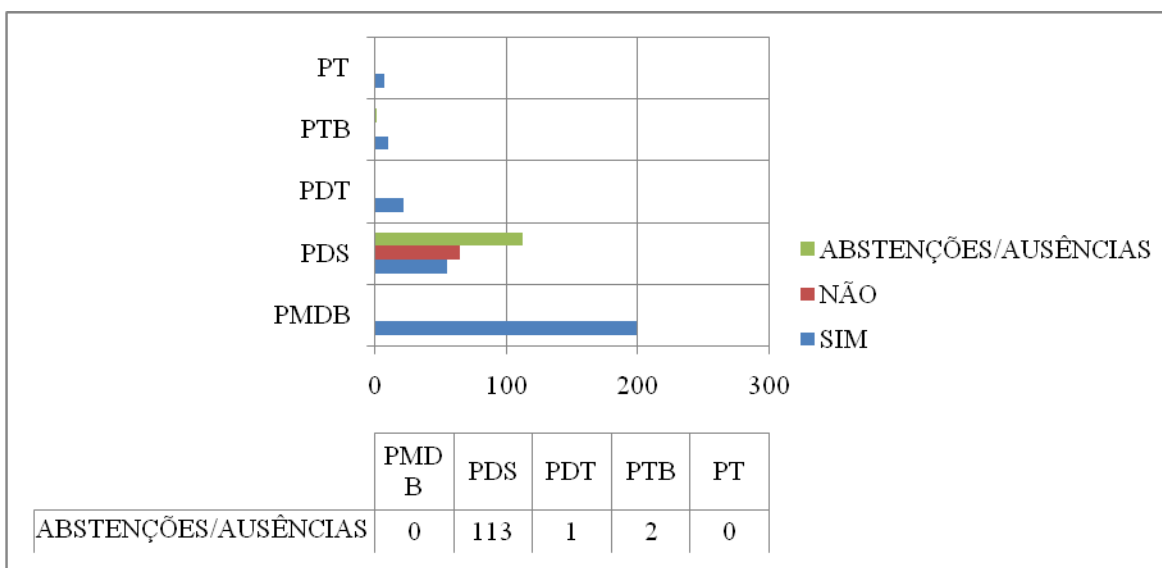
A demora na transição, que já vinha sendo prometida desde o discurso de posse do Presidente Ernesto Geisel, somada aos recuos sinalizados pelo Presidente Figueiredo, fizeram com que houvesse uma sinalização de insatisfação popular. Insatisfação essa que, a partir das aberturas já realizadas, ganharam voz e tiveram um terreno político com disposições propícias para engendrar, do Congresso para a sociedade uma proposta que contemplasse essas insatisfações. Em 1983, o Deputado *Dante de Oliveira* do PMDB – MT, entregou uma PEC, ou *Proposta de Emenda Constitucional* –, que mais tarde carregaria seu nome – à mesa diretora da Câmara Federal, que continha o intuito de reestabelecer a votação direta, revogada pelos artigos de nº 74-148 de 1969, da Constituição Federal de 1967.

A PEC nº5 de 1983 foi recebida com grande entusiasmo, principalmente por sindicatos, destacando a CUT e setores da sociedade organizada. A votação foi realizada na noite de 25 de abril de 1984, com grande respaldo das ruas e de um eminente líder que possuía bastante afinidade com a mesma e ganhou notoriedade nacional a partir desse movimento que ficou conhecido como *Diretas Já!*: Lula. O sindicalista na época afirmou: “para que possamos nos unir em torno da luta pelas eleições diretas é necessário que todas as forças se empenhem sem querer tirar proveito da mobilização popular, a não ser o de conquistar o direito de escolhermos o nosso presidente” (SILVA, 2009, p. 113). Outras lideranças como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, também tiveram um papel fundamental na organização do movimento em prol de eleições diretas em 1984. A votação foi realizada e obteve os seguintes resultados que demonstramos em um gráfico

Figura 2: Gráfico demonstrando a votação da emenda “Dante de Oliveira” (1984) por Partidos

**A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)**

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO



Fonte: Jornal Folha de São Paulo de 26 de abril de 1984.

O gráfico apresentado acima já nos ajuda a enxergar melhor o cenário político do momento. Primeiramente, o que nos chama atenção é o nível de obediência das bancadas do PMDB, PDT e PT, que a exceção do PDT – que teve uma ausência –, conseguiram colocar toda a sua bancada na Câmara e votaram a favor. Outro importante fator é a não concordância do PDS, que efetivamente representava os interesses do governo Figueiredo no Congresso. Porém, mesmo com a dissidência de cerca de 13,10% de sua bancada, o PDS a partir da grande maioria das abstenções conseguiu obstruir a aprovação da PEC “Dante de Oliveira”, que necessitava de vinte e dois votos a mais, portanto não foi sequer enviada para a apreciação do Senado.

Além da derrota da emenda nº5, foi aprovada a chamada “*Emenda Figueiredo*”, encaminhada pelo Presidente ao Congresso, estabelecendo as eleições diretas para 1988, mas que sofreu modificações por parte da oposição, adiantando as eleições. “Com a derrota da campanha das “Diretas Já”, começou-se a organização da composição dos partidos para lançarem seus representantes na disputa das eleições indiretas para presidente que iriam ocorrer em janeiro de 1985 pelo Colégio Eleitoral” (TOSTES, 2011, p.9).

Apesar da derrota da proposta de eleições diretas já em 1984, o Presidente Figueiredo enxergou que a conjuntura para a permanência de um governo militar não era nada favorável. Figueiredo então, segundo Keck (2008), abdicou do “direito” de escolha de seu sucessor. Para completar a complicada situação do regime que, o assédio por uma transição calma e planejada era feita por uma ala conservadora, mas democrática dos novos partidos, com destaque para Tancredo Neves que em 1982 ingressou no PMDB.

Antes das eleições para a presidência, o PDS já se demonstrava profundamente fragmentado, por um lado a ala malufista defendia o ex-Governador de São Paulo para uma futura disputa presidencial, enquanto outra a ala não concordava em quase nada com o que era proposto pela primeira. A partir da dificuldade do consenso, em 11 de agosto de 1984, após a derrota do gaúcho Mário Andreazza na convenção do partido, foi anunciada a saída do partido, por parte de diversos quadros. “A divisão do PDS e a fundação do PFL deram aos antigos defensores da ditadura a oportunidade de se

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

desligarem publicamente do regime autoritário cada vez mais impopular” (MAINWARING, MENEGUELLO, POWER, 2000, p.29).

O PFL, antes mesmo de sua fundação oficial em 1985, levou consigo para a ala oposicionista ao malufismo, importantes e tradicionais quadros da política nacional, como *Marco Maciel, Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen, Antônio Carlos Magalhães, Waldir Pires e Jarbas Vasconcelos*. Tal cisão levou ao apoio da Frente Liberal, costurado principalmente pelo ex-companheiro e também dissidente José Sarney, que havia se filiado ao PMDB por exigência da lei eleitoral, junto a Marco Maciel. Além disso, Ribeiro (2011) destaca que essas lideranças dissidentes do PDS, levaram consigo, 15 Senadores, 110 Deputados Federais e 51 Deputados Estaduais, logo enfraquecendo grandemente a resistência ao projeto de transição democrática.

As diversas articulações vindas das tentativas de achar meios para a abertura democrática, não falharam totalmente, a partir da derrota na votação da PEC nº5 de 1984. O desmantelamento do regime dentro das instituições, a partir de vias legais, começava a ser uma peça-chave para a existência de eleições para Presidente e conseqüentemente a retomada do comando do país por forças democráticas. Observaremos como tal processo se consolidou, em 1985, na próxima seção desse artigo, buscando destacar as forças em contradição e a influência dos dissidentes do PDS na conformação de uma coalizão que lutaria para retirar as estruturas militares dos centros de comando do país.

3.0 A ALIANÇA DEMOCRÁTICA E AS ELEIÇÕES DE 1985

Com as eleições que haviam sido antecipadas através da manobra feita pela oposição, o Brasil poderia voltar a eleger seu representante máximo: o Presidente da República. Porém, após uma série de fatores, incluindo a radicalização de ataques de militares aos opositores do governo, foi acordado o estabelecimento de um *colégio eleitoral*, no qual os representantes federais é quem votariam. Ou seja, tratou-se de uma eleição indireta, na qual não haveria o voto direto popular.

Enquanto o cenário institucional era preparado para a transferência do poder, o cenário político estava extremamente complicado. O PDS que havia optado pela candidatura de Paulo Maluf ao colégio eleitoral, causou a dissidência de diversos importantes componentes. O PMDB, por outro lado, possuía um candidato natural, o Deputado e Presidente do partido Ulysses Guimarães. Porém, Mendonça (2005), afirma que o somatório entre a insegurança de diversos setores militares à resistência que o exército tinha em relação a Ulysses Guimarães, que sempre se mostrou um oposicionista inflexível, solidificou uma candidatura que parecia mais do que natural, a de Tancredo Neves. “Dessa forma, em se tratando de uma transição pactuada, o melhor candidato da oposição, capaz de produzir uma dissensão no regime autoritário, era mesmo Tancredo Neves, em função de sua reconhecida característica de político conciliador e conservador” (MENDONÇA, 2005, p. 165-166).

Segundo Mendonça (2005), a derrota da emenda Dante de Oliveira não foi surpresa para Tancredo, que já se preparava para tal. Os objetivos de Tancredo para consolidar sua candidatura seriam, segundo o autor (p.165): “unir a própria oposição num bloco político sólido e provocar uma fissura na base governista”. Tal propósito foi alcançado com sucesso, a partir da decisão pedessista de mandar Paulo Maluf para concorrer à presidência e como mencionado anteriormente, tal fato levou à ruptura assumida por grande parte da bancada do partido. “Aureliano Chaves, Marco Maciel,

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

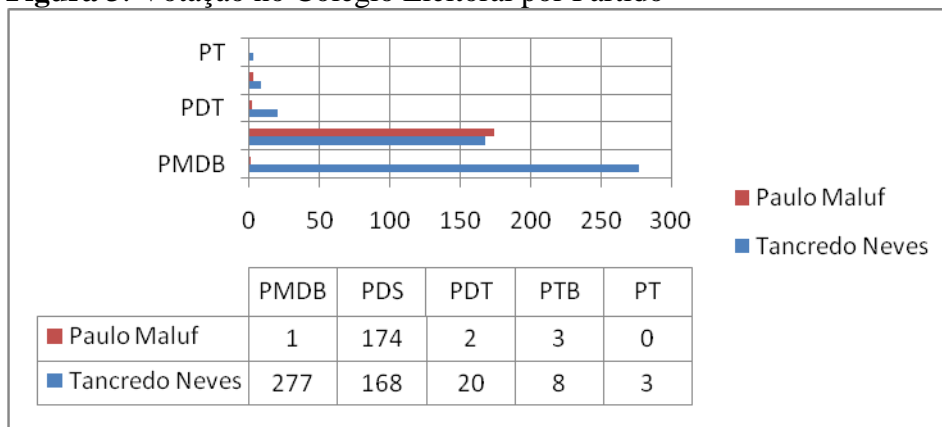
Antônio Carlos Magalhães e José Sarney selaram, finalmente, o acordo político-eleitoral com o PMDB. Tancredo foi escolhido o candidato a presidente e seu vice, indicado pelos dissidentes do PDS, foi José Sarney” (MENDONÇA, 2005, p.167). Fundava-se aí a *Aliança Democrática*. Como resposta, Maluf tentou se articular com outros partidos, como o PTB, que aceitou apoiar sua candidatura. Os esforços de Maluf se demonstrariam em vão, devido às cisões dentro de seu próprio Partido.

A aliança Democrática estava centrada na candidatura acordada entre a Frente Liberal, que ainda não era efetivamente um Partido e o PMDB. Tancredo, já começava a planejar um futuro governo que teria a participação majoritária da Frente Liberal e do PMDB nos órgãos de confiança. No Congresso Nacional: “Tancredo indicou os “moderados” Pimenta da Veiga, líder do governo na Câmara dos Deputados, Humberto Lucena, líder do governo no Senado, e Fernando Henrique Cardoso, senador por São Paulo, também ligado à esquerda peemedebista” (POLÍTICA GERAL, 1985, pp. 4-16).

A candidatura de Tancredo Neves, segundo Mendonça (2005), tinha simpatia tanto de vários setores militares como da sociedade. O autor atribui tal fato à rejeição da sociedade ao nome de Maluf que carregava um ranço da estrutura militar consigo, tendo sido um fiel apoiador do regime e por parte dos militares, a simpatia se dava pelo fato de que além de quadros militares-políticos tradicionais, como Mario Andreazza, apoiarem Tancredo, sua candidatura se demonstrava uma candidatura de conciliação, portanto mais confiável para os militares, que após a eleição estariam fora do centro de poder. Essa preocupação por parte dos militares em fazerem uma transição sem o risco de represálias se demonstrava a partir de uma declaração oficial do próprio Presidente Figueiredo: “Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico, e o faremos com a cooperação e a participação de todas as forças políticas, econômicas e sociais bem-intencionadas, sem quaisquer preocupações de represálias quanto ao passado” (Isto É nº 413, 21/11/84, “Proclamação da República”:18).

A eleição indireta por parte do Colégio Eleitoral foi marcado para o dia 15 de janeiro de 1985. Demonstraremos como se deram os votos, a partir de um gráfico:

Figura 3: Votação no Colégio Eleitoral por Partido



Fonte: Jornal Folha de São Paulo de 16 de janeiro de 1985

Cabe destacar no gráfico, primeiramente, que houveram alterações nas bancadas parlamentares desde as eleições de 1982. O que chama a atenção nesses números, dessa vez não é a dissidência do próprio PDS, que há anos já vinha demonstrando a indisciplina parlamentar, no que tange aos projetos do partido, inclusive formando uma bancada dentro do partido, que reunia os dissidentes. Mas o que cabe salientar aqui, é que a intenção de Tancredo de reunir a oposição e formar uma cisão no Governo em prol de sua candidatura, foi bem sucedida, resultando em 480 votos a seu favor,

A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)

GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

enquanto apenas 180 de seu adversário, Paulo Maluf do PDS, significando 72,4% dos votos na chapa da Aliança Democrática, em detrimento de 27,3% na chapa malufista.

CONCLUSÃO

Como vimos, houveram esforços por parte do regime militar no sentido de frear os avanços da abertura democrática, durante esse período, dentro dos meios institucionais que tiveram suas bases lançadas pela lei nº6767. A vitória de Maluf nas prévias pedessistas não foram favoráveis ao regime, que há pouco havia conseguido derrubar a proposta da oposição de eleições ainda em 1984 pela via da obstrução da votação, muito pelo contrário, enfraqueceu seu Partido. Tancredo Neves, figura que adquiriu centralidade no processo de lutas pela abertura, a partir de sua liderança no processo de articulação com os Partidos e com o próprio regime militar e suas lideranças, conseguiu se eleger de forma indireta, porém com extrema legitimidade e de forma pacífica.

A abertura concedida em dezembro de 1979, ao legalizar a formação e fundação de Partidos políticos, para nós, foi fundamental para que a transição se tornasse inevitável. Primeiramente pelo fato de que os novos Partidos passaram a articular entre si formas de atingir aberturas maiores ainda. Depois, podemos ressaltar o desgaste político do regime, que contribuiu, em parte, na perda de comando sobre seu próprio Partido ao permitir que um candidato que não era da vontade do regime, disputasse a presidência no Colégio Eleitoral. Além disso, a dissidência de quadros importantes que passaram a integrar a Frente Liberal e formaram uma ala própria tendente à abertura, dentro do próprio governo representado no Congresso Nacional. Também, percebemos que o governo a partir desse conjunto de fatores perdeu o controle sobre o processo, tendo de se render às vontades dos grupos que articularam entre si, um governo civil eleito pelos parlamentares.

Portanto, concluímos que para longe de objetivos altruístas, a Aliança Democrática, formada por dissidentes do PDS e opositores ao regime do PMDB, se preocupou com a obtenção e consolidação do poder, porém consciente de que a consolidação da democracia era fundamental para atingir seus objetivos. Logo, a transição brasileira teve em grande parte, um tom inicial de troca de elites políticas no poder.

NOTAS

^I Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Pós-Graduando em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: guilherme.re11404@gmail.com

^{II} A lei sofreu modificações em 1995 e pode ser acessada no sítio: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>.

^{III} Partido oficial do Governo Militar.

^{IV} Originalmente fundado no período da redemocratização, pós Estado Novo varguista, – 1945 – contando com o apoio do próprio Getúlio Vargas e extinto pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

^V Importante figura civil do regime militar, tendo ocupado os cargos de Governador de Minas Gerais – 1961-1966 –, Ministro das Relações Exteriores – 1967-1969 – e de Presidente do Senado Federal – 1971-1979.

^{VI} Tancredo ocupou os mais importantes cargos dentro da República, tendo sido Ministro da Justiça e Negócios Exteriores – 1953-1954 –, ocupando novamente a pasta em 1961 quando foi eleito Primeiro Ministro do Brasil, durante o curto período de Parlamentarismo no país, logo depois se tornando, quando João Goulart foi conduzido à Presidência da República, se tornou o Ministro da Fazenda – 1962 – e já no final do governo militar, foi eleito Governador de Minas Gerais – 1983-1984.

**A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)**
GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

^{VII} Figura de destaque do combate ao regime, ex-Prefeito de Porto Alegre e ex-Governador do RS.

^{VIII} Cabe destacar que SP correspondeu 22, 42% do eleitorado, MG 11,50%, RJ 10,67%, BA 7,31%, RS 7,30%, PR 7,07%, PE 4,34%, CE 4, 14%, SC 3, 60%, GO 3,52%, PA 2,52%, MA 2,47%, PB 2,18%, PI 1,66%, ES 1,64%, RN 1,63%, MS 1,28%, AL 1,25%, MT 0,99%, AM 0,93%, SE 0,80%, RO 0,40%, AC 0,20%, AM 0,12% e RR 0,06%.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Eleições Gerais de 1982.** Visto em: <
http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=720>. Acesso em: 28/12/15.

DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição.** São Paulo: EDUSP, 1997.

_____; trad. Beatriz Sidou. **Sobre a democracia.** - Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

FERREIRA, D. P., BATISTA, C. M., STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p. 432-453.

KECK, Margareth A. A transição brasileira para a Democracia In: **A lógica da diferença:** o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 37-63.

LINZ, Juan J; STEPAN, Alfred. Toward Consolidated Democracies. Johns Hopkins University: *Journal of Democracy*, pp. 14-33, 1996.

MACIEL, David. **Argamassa da Ordem:** da ditadura militar á Nova República (1974 – 1985). São Paulo: Xamã , 2004.

MAINWARING, Scott P; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos Conservadores no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENDONÇA, Daniel. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários *Veja* e *Isto É*. *ALCEU* - v.5 - n.10 - p. 164 a 185 - jan./jun. 2005.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições de regimes autoritários:** primeiras conclusões. – São Paulo: Editora Vértice, 1988.

POLÍTICA GERAL. **Composição do Senado e da Câmara, composição dos ministérios, declarações oficiais do presidente José Sarney.** São Paulo: Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro, CPV, 1985.

REGO, Antônio Carlos Pojo. O Congresso Nacional e o Regime Autoritário. *Rev. Informação Legislativa*, Brasília, nº 100, out/dez 1988.

**A TRANSIÇÃO E O COLÉGIO ELEITORAL: O PAPEL DA ALIANÇA
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1985)**
GUILHERME AUGUSTO BATISTA CARVALHO

RIBEIRO, Ricardo Luis M. **A decadência longe do poder**: refundação e crise doPFL. 20110. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo.

SARTORI, Giovanni. “Concept misformation in comparative politics.” *American Political Science Review*. N.º. 4, pp. 1033, Dec. 1970.

SILVA, Luis Inacio. Exigência dos brasileiros In: **Diretas Já!** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TOSTES, Suzane Conceição P. O processo de transição do período da ditadura para “nova República”, pautado em uma “conciliação pelo alto”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho 2011.